

O Resgate do Brasil e um novo projeto nacional

Curso em quatro sessões – 9, 16, 23 e 30/7

Professor:

Antonio Martins

clube
cultiva



O Resgate do Brasil e um novo projeto nacional



CURSO:**O Resgate do Brasil e um novo projeto nacional**

Curso em quatro sessões 9, 16, 23 e 30/7

PROFESSOR:**Antonio Martins**

Antonio Martins é jornalista e ensaísta. Escreve sobre as transformações na geopolítica global, os dilemas da democracia contemporânea, a crise civilizatória, os impasses da ortodoxia econômica e como superá-los, as disputas em torno das novas tecnologias. É editor de Outras Palavras (www.outraspalavras.net). Foi fundador da edição brasileira do Le Monde Diplomatique . Integrou, pelo movimento ATTAC, o grupo de organizações brasileiras que lançou, em 2001, o Fórum Social Mundial -- sendo integrante de seu Conselho Internacional.



Belo Horizonte
Minas Gerais
2024

Sessão I – 9 de Julho

Parte 1: Apresentação do curso:

O surgimento, ainda embrionário, de iniciativas para repensar o país, depois de décadas de regressão.

O lançamento, pelo Cultiva, após artigo de Juarez Guimarães, de dez pontos para um novo projeto nacional.

Elementos para enxergar a regressão brasileira. O país que se desindustrializou e reprimarizou mais abruptamente, nas últimas quatro décadas. Os impasses políticos concomitantes a este processo. Controle do Congresso pelo Centrão, despolitização das eleições, desencanto com a democracia, emergência de ultradireita.

O aspecto internacional. A partir do neoliberalismo, avanço das desigualdades, ataques aos direitos sociais. *O centro não se sustenta*. A necessidade de um novo projeto emancipatório para a esquerda.

Apresentação do Resgate, iniciativa do projeto de jornalismo de profundidade de [Outras Palavras](#). Sua história, ligada às expectativas de derrota do bolsonarismo e à necessidade de um governo Lula-3 de transformações. Sua frustração, com a tutela do governo pelas forças conservadoras, que ainda perdura. A necessidade de relançá-lo como projeto de médio e longo prazos.

... Os quatro temas que serão abordados no curso

- > 1. A centralidade do Comum num novo projeto pós-capitalista (9/7)
- > 2. Os porquês da crise da esquerda brasileira e os caminhos para superá-la. (16/7)
- > 3. O Comum no Brasil. A lógica, os temas e a estratégia do Resgate. (23/7)
- > 4. “Não há dinheiro”? De onde virão os recursos para transformar o Brasil? (30/7)

Parte 2: A Centralidade do Comum num novo projeto pós-capitalista

Uma visão não dogmática do marxismo. Por que a luta para superar o capital precisa ser convite permanente ao exame da realidade, de suas transformações e de novos caminhos para alcançar uma sociedade igualitária, desmercantilizada e em nova relação com a natureza.

Os dois grandes episódios que exigem reconstruir o projeto emancipatório. Problema: passaram-se 35 anos desde a queda do Muro de Berlim e não fomos capazes de uma atualização. O tempo histórico está se acelerando, os perigos avolumam-se e temos pressa.

Grande episódio 1. O fracasso das experiências do “socialismo real”. A fossilização. A incapacidade de continuar avançando após o grande salto industrialista. O planejamento centralizado como uma outra forma de alienação. *En passant*, as inovações do caso chinês.

Grande episódio 2. As mutações do capitalismo a partir da década de 1970. A reorganização produtiva. O fim da massificação e da homogeneização. A captura provisória, pelo neoliberalismo, dos ideais de 1968. A ascensão do imaterial: conhecimento, comunicação, cultura, afetos (pertencimento). A transformação de tudo isso em mercadoria. A fragmentação material do trabalho. A impossibilidade de tê-lo como alavanca central para a “expropriação dos expropriadores”.

As características expropriatórias do capitalismo financeirizado. A captura da riqueza social não se dá mais principalmente por meio da mais-valia industrial, mas de instrumentos rentistas. Juros. Privatizações de serviços públicos. Patentes. Marcas. Renda da terra. Exploração mineral. “Tecnofeudalismo” das Big Techs.

A necessidade de formular um projeto emancipatório que dê conta desta mudança, e de criar os novos sujeitos sociais capazes de lutar por ele. A dialética entre estes dois processos (quem cria o operário não é a fábrica – é a greve).

Contradição central: o trabalho fragmentou-se mas é, ao mesmo tempo, mais socializado do que nunca. O caso emblemático dos houthis do Yêmen: agora, o fechamento de um pequeno trecho do Mar Vermelho afeta a produção global de mercadorias.

Hipótese: a socialização das riquezas pode ser feita por outra via: a da garantia de vida digna por meio da oferta dos bens contemporâneos essenciais. O Comum – não como especulação sociológica apenas, mas como programa político concreto, desmercantilizador e compreensível pelas maiorias.

- *Comum – Serviços Públicos.* Saúde, Educação, Assistência, Moradia. Numa fase em que o capital procura privatizar e mercantilizar toda a vida, podemos sugerir medidas populares que *tiram da esfera da mercadoria* atividades humanas essenciais.
- *Comum – Infraestrutura.* Numa sociedade em que as necessidades complexificaram-se, a igualdade requer também transporte público (metrô e trens), urbanização, saneamento universalizado, internet de alta velocidade pública e gratuita, etc etc etc.
- *Comum – Transição Energética.* Contra a privatização do ambiente e o “passar a boiada”, é preciso construir o conceito da Terra para todos. Energias renováveis. Proteção e reconstituição das florestas. Áreas verdes urbanas. Reforma Agrária.
- *Comum – Trabalho digno.* Estas transformações têm uma contrapartida. Elas requerem muito trabalho humano. De professores, psicólogos, médic@s e enfermeir@s a peões de obra. Há um imenso desaproveitamento e desvalorização do trabalho humano, no neoliberalismo. O Estado pode começar a corrigir isso oferecendo, para as tarefas do Comum, empregos dignos garantidos – o que obrigará o setor privado a competir...

A necessidade de construir os sujeitos sociais anticapitalistas. Hoje, a ênfase insistente no trabalho afasta a esquerda das multidões de precarizados e as oferece à ultradireita e a seu apelo ao ressentimento. Mas programa de garantia de vida e trabalho dignos pode reverter esta tendência.

O Resgate é a tentativa de dialogar, a partir destas ideias, com a realidade brasileira, a regressão produtiva vivida nos últimos 40 anos e a necessidade de um novo projeto de país e de transformação social.

Sessão II – 16 de Julho

A regressão brasileira, crise da esquerda e caminhos para superá-la

A esquerda brasileira está no governo, mas em poucos países como o Brasil ela tornou-se tão pouco imaginativa e tão inapetente por mobilizar a sociedade. Isso é um enorme problema, porque leva as maiorias a acreditarem que a esquerda é o “sistema” e pode jogá-las nos braços da ultradireita. Por que isso aconteceu? Que trajetória nos trouxe até aqui? Para compreender, é preciso fazer um sobrevoo sobre os últimos 50 anos da luta de classes no Brasil. Será o tema de nossa segunda sessão.

Este longo período é marcado por diversas reviravoltas. Mas seu ponto de virada parece estar numa espécie de “suicídio da burguesia industrial brasileira como classe”, ocorrido a partir do início dos anos 1990, com Collor e, mais intensamente, na era FHC-Plano Real, que começa em 1994. Até então, tínhamos vivido uma década e meia de ascenso dos movimentos sociais. Ele ocorreu, em boa medida, durante a própria ditadura pós-64. Embora houvesse outros fatores, seu motor principal foi o surgimento de um sujeito social novo: uma classe operária jovem, concentrada e não domesticada – algo inédito na história do país e de muita repercussão, à época, entre a esquerda em todo o Ocidente. Junto a esta classe operária emergiram outros setores assalariados modernos (os bancários e os professores, por exemplo) e surgiram formas políticas que foram, durante algum tempo, referências internacionais: o PT e a CUT, em especial.

A saída que a burguesia encontra para enfrentar este fantasma é mergulhar muito profundamente no programa neoliberal. No Brasil, isso ocorre tardiamente, mas com uma intensidade especial. A desindustrialização do país não tem paralelo na história do capitalismo. Constrói-se, para os muito ricos, uma alternativa também típica do país: vender suas fábricas, para ganhar muito mais aplicando em títulos públicos e vivendo de juros.

Esta reviravolta mina as forças da jovem classe operária/trabalhadora brasileira e destrutura a força principal que impulsionava os movimentos sociais – o sindicalismo. Abala também o PT. Na gênese sindical do partido estavam inscritas formas de luta contra o capital que se tornaram pouco a pouco efetivas e obsoletas. Entre o final dos anos 1970 e 1994, o Brasil foi, quase sempre, o país do mundo com maior número de greves, em proporção ao contingente de trabalhadores. A partir do Plano Real, este movimento cai drasticamente. A queda terá consequências sociais e políticas profundas e repercute até hoje – por exemplo, na renúncia dos partidos de esquerda a mobilizar sua base social.

Parêntesis. Em meio a este movimento, emerge uma onda de mobilização social menos forte que a anterior, mas que vai marcar os anos FHC. Nos anos de avanço do neoliberalismo, quando o movimento sindical patina, mas a onda de ascenso popular 1975-89 ainda ecoa, emergem com força a luta dos sem-terra e o MST. Ela perturba o governo, entusiasma a esquerda e inspira uma série de novas articulações – inclusive as que vão levar à construção dos Fóruns Sociais Mundiais e a vitórias como a derrubada do projeto ALCA. Coincide com processos semelhantes em todo o mundo (do levante zapatista-94 aos grandes protestos contra instituições internacionais-99/2008). Do ponto de vista sociológico, ela projeta pela primeira vez a força dos precarizados. Mas os sem-terra, evidentemente, não têm universalidade semelhante à dos antigos operários e sua emergência não foi capaz de criar uma cultura política que superasse a do PT.

Em 2002, uma segunda crise do projeto neoliberal no Brasil leva à eleição de Lula. Algumas conquistas deste período são importantes, e ele marca a presença inédita do povo e da esquerda no Palácio do Planalto e Esplanada dos Ministérios – um dos centros do poder político. Mas serão, desde o início, governos dissociados da mobilização social. Do ponto de vista programático, são muito pouco ambiciosos. E esta estreiteza de horizontes coincide com sua tendência a governar baseados essencialmente na institucionalidade – sem jamais apelar às maiorias para tensioná-la. O mais notável (e o problema principal) é que a este conformismo do lulismo com a correlação de forças dada *não* corresponde, quase nunca, um surto de pressão de baixo. As maiorias não são convocadas, mas também não se autoconvocam. O sujeito social que emergiu nos anos 1970 está cansado e não surgiu outro em seu lugar.

O lulismo perde, entre muitas outras, a chance de dialogar com a grande revolta de 2013, que teria podido renová-lo. No vácuo, o que emerge em seguida é a mobilização de direita, com as grandes manifestações pelo impeachment de Dilma e em seguida Bolsonaro e o surgimento de um movimento neofascista articulado – que inclusive pode sobreviver a seu primeiro articulador. No terceiro governo de Lula, o cerco exercido pelas instituições e a pressão permanente para que o Palácio do Planalto se curve à agenda neoliberal são maiores do que nunca.

Vivemos tempos acelerados. Em 2008, quando começou a grande crise capitalista deste século, a ultradireita ou não existia, ou era força política desprezível, nos países em que agora ameaça chegar ao poder. No Brasil, Bolsonaro era apenas um estridente e esdrúxulo da baixo clero do Congresso em 2016, quando se deu o impeachment de Dilma. A necessidade de reconstruir o projeto de superação do capitalismo é clara. No Brasil, a ideia de reconstrução nacional pode ter enorme apelo. A questão é saber se saberemos contribuir de alguma forma para articular estes dois projetos.

Sessão III – 23 de Julho

O Comum no Brasil. A lógica, os temas e a estratégia do Resgate

> Se o projeto de superação do capitalismo requer uma nova abordagem (a dos Comuns) para dialogar com o precariado (1ª sessão); e se isso é ainda mais importante no Brasil, que se encontra em regressão produtiva e refluxo dos movimentos sociais (2ª sessão), surge um novo problema. Como construir, a partir destas ideias, um projeto para o país. Conforme Rudá Ricci tem notado, surgiram algumas iniciativas para enfrentar o tema; e recentemente o Instituto Cultiva lançou seu próprio esforço, a partir do exame de um artigo de Juarez Guimarães. Na terceira sessão vamos apresentar a lógica que orientou o projeto Resgate. Ela pode ser vista a partir de quatro eixos.

> O primeiro é o dos serviços públicos, para garantia de dignidade para todos, redução das desigualdades e desmercantilização da vida. Das dezesseis ideias-força iniciais do Resgate, três tratam especificamente deste tema (II-Saúde, III-Educação, Mobilidade e Habitação e XIV-Conhecimento, Ciência, Cultura, Comunicação e Artes), que está presente também, de forma lateral, em diversas outras. A ideia é: se uma parte considerável da riqueza nacional for destinada a serviços que atendem a toda a população; se a Escola Pública em período integral for o padrão de excelência e o SUS cumprir seu projeto inicial, então os brasileiros terão condições igualitárias (e ótimas...) em duas esferas essenciais da vida humana. Além disso, haverá forte desmercantilização, revertendo a tendência atual, de captura capitalista de todas as esferas da existência. Do ponto de vista do apelo popular, não há dúvidas: basta imaginar o efeito produzido por uma escola pública mais avançada que as particulares; por não ter de enfrentar filas para exames e consultas no SUS; ou por deixar de gastar com planos de saúde e educação privada. Imagine, também, realizar plenamente o potencial criativo da juventude, através de uma rede de Pontos de Cultura, Saber e Mídia Livre dotada de recursos efetivos.

> Um segundo eixo está relacionado à infraestrutura, que regrediu muito no Brasil. Está presente, em especial, nas Ideia-Força V (Virada Sócio-Ambiental, que também trata da Transição Energética), IX (Reforma Urbana) e XIII (Reforma Agrária e Transição Agroecológica) do Resgate. A lógica é a mesma. Um alto investimento em metrô, reconstrução das ferrovias, na universalização do saneamento, na restauração do sistema elétrico brasileiro (com sua renacionalização e “limpeza” da matriz energética) – tudo isso reverte em bem-estar, vida digna e igualdade. Imagine um projeto nacional que estabeleça como meta, por exemplo, reduzir para meia hora, no máximo, o tempo das viagens entre a periferia e o centro das cidades; ou despoluir os rios urbanos. No campo, precisamos superar os “desertos verdes”, estabelecer um projeto de ocupação humana para trabalho e lazer e enfrentar o imenso desaproveitamento da terra e água, promovido pelo Agronegócio, que reduz a natureza à produção de *commodities*.

> As Ideias-Força anteriores complementam-se com a VII, que trata do Emprego Digno Garantido pelo Estado. A regressão produtiva desestruturou o mundo do trabalho no Brasil. Embora o desemprego tenha recuado um pouco, nos últimos meses, o contingente de subempregad@s, precarizad@s, desalentad@s e subaproveitad@s é descomunal. Mas a tarefa de reconstrução do país exigirá enorme força de trabalho – que precisa ser qualificada. Ao realizá-la, o Estado cria a oportunidade de oferecer ocupações dignas, de todos os níveis, a milhões de trabalhadores, literalmente. Imagine, por exemplo, quantos peões de obra, engenheiros, ambientalistas e assistentes sociais serão necessários para a universalização do saneamento. Ou quantos professores, médic@s, enfermeir@s, psicólog@s, agentes comunitári@s de Saúde poderão ter um emprego e uma perspectiva na construção de um SUS e uma Escola Pública de Excelência. Ao ocupar grandes contingentes de trabalhadores com salários dignos e direitos, o Estado pode inclusive driblar a resistência do Congresso a reverter a contrarreforma trabalhista. Porque sua ação exigirá o setor privado a elevar os salários e reconhecer direitos – ou perder os braços de que necessita.

> O fim da regressão produtiva é tema da ideia-força IV (Reindustrialização Qualificada). A Renda Básica e a Reforma Tributária estão na ideia-força VIII. Duas ideias-força tratam da reconstrução de uma rede de empresas estatais (X), do papel especial da Petrobras e do uso do petróleo para a transição energética (XII). O apoio indispensável às pequenas e médias empresas, que estão sendo varridas do mapa pela concentração empresarial, rentismo bancário e especulação imobiliária está na ideia-força XI). A Reforma da Segurança Pública, um tema normalmente abandonado pela esquerda, mas onde há espaço para uma vasta agenda positiva, na XV. E uma nova política externa, que precisa prever o fim do alinhamento com o bloco ocidental, na XVI.

> A simples enunciação destas metas, em meio a tantos anos de regressão e ao predomínio das visões neoliberais sobre política fiscal e monetária, desperta uma questão: de onde virá o dinheiro? Como propor a transformação do país se até mesmo realizações muito simples (como avançar na concessão de terras aos acampados do MST, ou superar adequadamente a contra-reforma de Bolsonaro no ensino médio) parecem impossíveis? Estamos falando do mesmo país em que os mercados financeiros e os ministérios da Fazenda e Planejamento querem quebrar os pisos constitucionais que protegem Saúde e Educação? É o que veremos na última sessão do curso.

Sessão IV – 30 de Julho

“Não há dinheiro”? De onde virão os recursos para transformar o Brasil?

> O investimento público apequenou-se muito no Brasil, nos últimos 40 anos. Caiu de 10,5% do PIB, no final da década de 1970, para menos de 3% a partir de 2016. Enquanto durar, o “arcabouço fiscal” vai mantê-lo comprimido. Também os gastos correntes, que dizem respeito à simples manutenção das políticas públicas, está em patamares muito baixos e sob ameaça. A agenda dos “mercados”, da mídia, da maior parte do Congresso Nacional e de ministérios-chave do governo Lula é quebrar os pisos constitucionais do SUS e da escola pública, além de permitir que a inflação corra os benefícios previdenciários. Cada declaração do presidente, afirmando que não dará estes passos, é interpretada como um sinal de crise e transformada em mais manchetes sobre a suposta instabilidade que Lula produz e a necessidade de “cortar as despesas”.

> Este ramerrão reproduz de modo tardio, num país periférico, uma das bases mais importantes do neoliberalismo: a ideia de que os Estados, assim como as famílias, só podem gastar aquilo que ganham (no caso, “arrecadam”); e de que ignorar as planilhas de receita e despesa leva inevitavelmente à inflação e à instabilidade. Tal ideia tem sido contrariada há décadas por países como a China, foi ignorada nos planos econômicos até mesmo de Joe Biden, é parte de teorias econômicas cada vez mais contestadas. Desfazer este mito – e examinar as grandes possibilidades políticas decorrentes – é o tema sessão IV.

> Vamos examinar suas raízes, em especial a ideia de que toda emissão monetária precisa estar lastreada em metais (ela era muito forte no período de Marx). Discutiremos como ela foi contrariada ao longo de quase todo o século XX, a partir da emissão generalizada de moeda, durante a I Guerra Mundial, para financiar gastos militares. Como o keynesianismo também a contrariou, para gerar iniciativas como o New Deal, que mudou a face dos EUA. Como os países europeus criaram o Estado de Bem-Estar Social, inspirados na mesma crítica. E como, finalmente, a ideia retorna radicalizada nos anos do neoliberalismo e em especial agora, em discursos como o de Milei, que quer acabar com o Banco Central e dolarizar a Argentina.

> O primeiro grande rombo nesta ideia, vamos também discutir, dá-se após a crise de 2008. Para salvar o sistema financeiro privado, os Bancos Centrais dos países ricos emitem dezenas de trilhões de dólares, sem lastro nenhum em metais ou mesmo nos Orçamentos. Em determinado momento, Jeremy Corbyn, então líder do Partido Trabalhista inglês, pergunta: “Se é assim, por que não emitir também “for the people” – para a Saúde e Educação, por exemplo.

> Vamos retomar o debate entre o monetarismo, o keynesianismo e a Teoria Monetária Moderna. Foco especial: o papel da *emissão de moeda* pelos Estados, tanto para ampliar a desigualdade (por meio de pagamento de juros aos muito ricos) quanto para revertê-la (quando as emissões destinam-se a viabilizar investimentos públicos e mobilizar a força de trabalho ou a terra disponíveis e desaproveitadas).

> Examinaremos em especial os dois orçamentos do Brasil. O dos 99%, que está vinculado à arrecadação, é votado pelo Congresso Nacional e vigiado, em cada centavo, pelo TCU e CGU. E o financeiro, onde não há limites para expansão das despesas (em favor, sempre, do 0,1%); não há submissão ao Legislativo; não há controle nenhum por TCU e CGU.

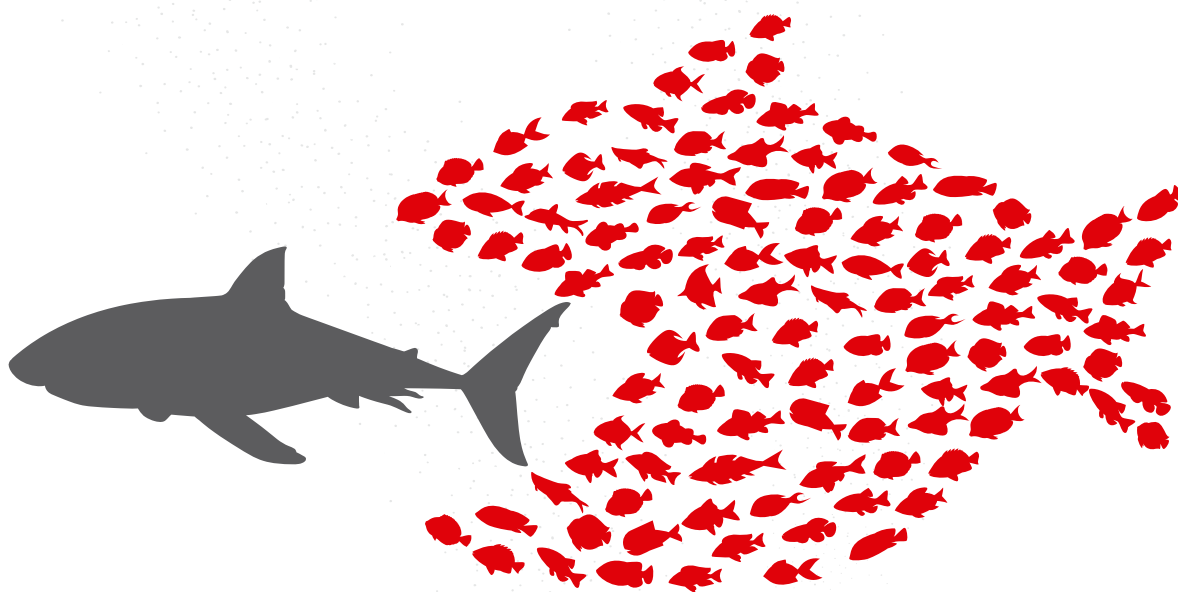
> Debateremos as causas político-ideológicas desta diferença. Por que as leis (e o próprio senso comum) permitem que as despesas favoráveis aos mais ricos sejam realizadas sem discussão ou transparência alguma entre as sociedades), enquanto os gastos que favorecem as maiorias são regulados centavo a centavo. Ao fazê-lo, vamos abordar o fator principal. O que falta não é dinheiro, mas *construção de consenso* em favor da necessidade e da possibilidade de criar dinheiro em favor do Comum. Falaremos também sobre como este programa pode ser parte de um processo de educação e mobilização popular.

> No projeto do Resgate, diversas ideias-força procuram provocar a discussão sobre este tema. A partir da I (Fim do neoliberalismo fiscal. Emitir moeda para financiar o investimento público), em que examinaremos o conjunto de entraves impostos a partir dos anos 1980 (Lei de Responsabilidade Fiscal, “regra de ouro” e por fim o “teto de gastos” e o arcabouço”) para limitar o investimento do Estado.

> Ao fazê-lo, abordaremos também as alternativas de longo e médio – mas também de curto prazo. Diante da pressão dos mercados e da mídia para reduzir os investimentos mínimos em Educação e Saúde, por que não propor que estas atividades sejam *excluídas* do “arcabouço”, o que criaria espaço para cerca de R\$ 320 bilhões adicionais em investimentos públicos por ano? E além disso, que espaço será aberto, no gasto público em favor das maiorias, se a taxa de juros no Brasil (há 40 anos a mais alta do mundo) for reduzida à metade. Se deixarmos de transferir para os rentistas os R\$ 720 bi que o Estado brasileiro lhes oferece por ano – o triplo do Orçamento da Saúde?

> Uma outra ideia-força (a VI, Reformar o Sistema Financeiro, e estabelecer uma Rede de Bancos Públicos e Comunitários) aborda outro aspecto do mesmo problema. Hoje, os bancos privados criam moeda. Por que o Estado brasileiro, que ainda mantém um conjunto de bancos públicos muito importantes, não pode fazer o mesmo, em benefício das maiorias?

> A sessão 4 do curso debaterá, por fim, o enorme (mas muito instigante) esforço necessário para alcançar esta transformação essencial. Como encarar o senso comum, segundo o qual o Estado, tal qual uma dona de casa, só pode gastar aquilo que ganha. Por que este Estado, sendo necessariamente o *único* criador de moeda, sempre o fará em favor de um projeto (e de um arco de classes sociais) ou de outro. Como inverter a equação que predomina há quatro décadas.





clube
cultivo